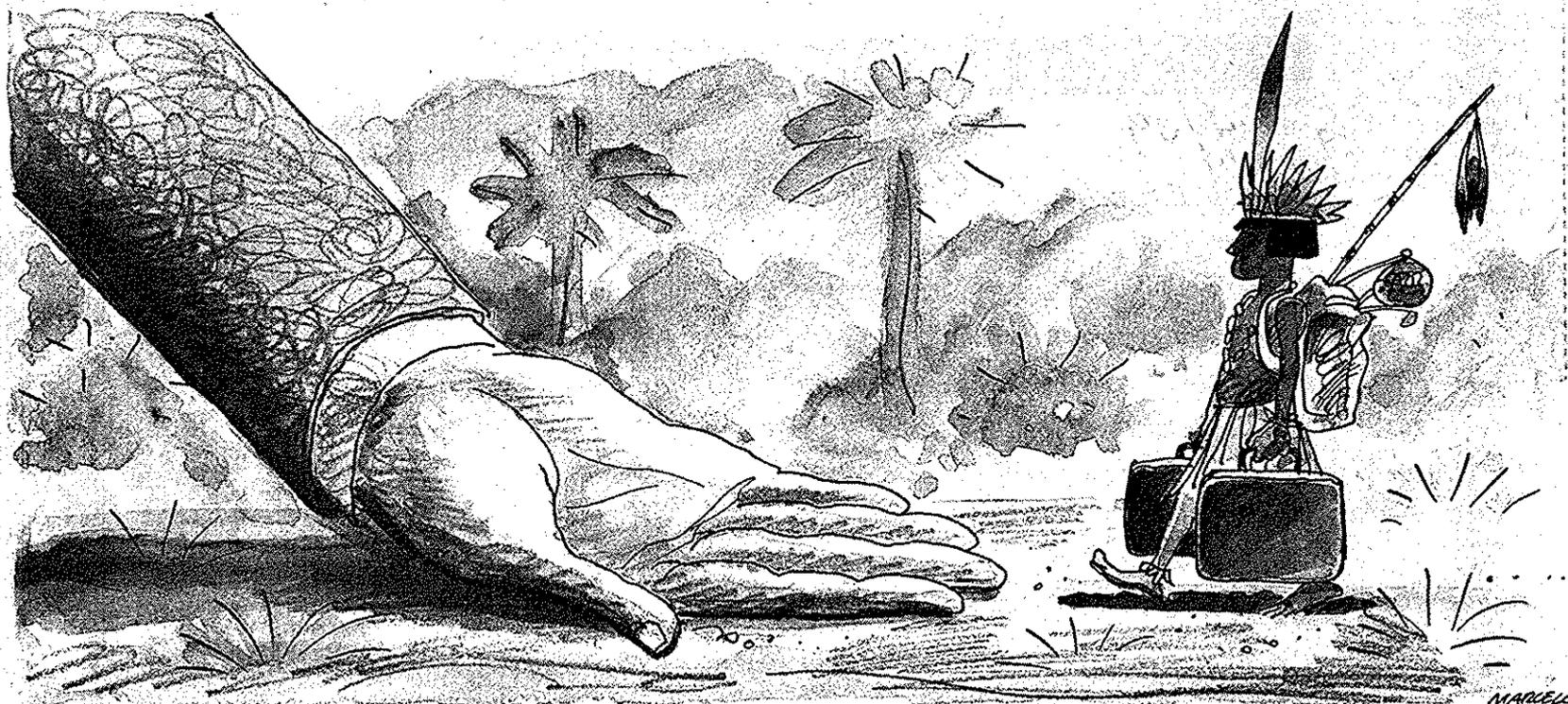


Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: 40

Data: 24/09/94 Pg.: _____



O fim dos índios

HÉLIO JAGUARIBE

A sexta página do Segundo Caderno do GLOBO de 16 de setembro publicou, sob o mesmo título deste artigo, uma reportagem da sra. Elisabeth Orsini contendo diversas alegações inexatas, da própria repórter e de terceiros, a respeito de minhas idéias relativamente à questão indígena no Brasil. Considero salutar uma ampla discussão dessa questão. Trata-se de um assunto muito sério, como tudo o que diz respeito à condição humana. Ademais, a questão indígena se reveste de particular relevância para um país como o Brasil, onde vive um apreciável contingente de remanescentes indígenas e no qual se formou uma bela tradição, iniciada pelo general Rondon, de como relacionar apropriadamente o índio com a civilização brasileira. O que importa, nesta como em qualquer outra discussão séria, é diferenciar teses que satisfaçam critérios de validade científica, de tolices, emanadas de ignorância e de distorções, forjadas pela má-fé.

Começemos pelas distorções. Em nenhum momento, como deveria ser óbvio, recomendei o extermínio de índios, quer fisicamente, como ocorreu nos Estados Unidos, quer no sentido de uma deliberada supressão das culturas indígenas. É lamentável que um intelectual marxista de boa qualidade, como o sr. Leandro Konder, me atribua a recomendação de uma versão atenuada do genocídio levado a cabo nos Estados Unidos pelo general Custer. Que Darcy Ribeiro, que me conhece pessoalmente, tenha entrado nesse coro, é ainda mais lamentável. Esse tipo de distorções tem um nome: difamação.

Tudo isso, na verdade, tem por trás formas deploráveis de querer reanimar candidaturas perdidas, como as de Lula e Brizola, num momento em que se pronuncia seu naufrágio eleitoral, explorando minha conhecida posição favorável ao

PSDB e à candidatura Cardoso (para a qual darei meu voto mas a que não estou prestando nenhum assessoramento) e se buscando atizar contra ele a animosidade de alguns setores da opinião pública. Congratulo-me com a sra. Orsini por ter publicado, naquela mesma sexta página, um curto mas excelente artigo de Fernando Henrique Cardoso, em que expõe seu ponto de vista sobre a questão do índio no Brasil, que coincide, precisamente, com o que venho sustentando.

Passemos, agora, ao mais fértil campo: o da tolice. É completa tolice pretender que o aculturamento do índio brasileiro, seja qual for a metodologia que se adote, possa se dar em um par de anos, até o ano 2000. Atribuir-me essa afirmação (Elisabeth Orsini) é conferir-me, arbitrariamente, a autoria de uma tolice. Acreditar que isso possa ocorrer é tolice em forma pura. É impropriedade, por outro lado, supor (Gilberto Velho), sob a alegação de que o evolucionismo cultural seria uma teoria anacrônica, que existe alguma possibilidade de se conter indefinidamente os silvícolas brasileiros em seu estágio neolítico. Todos os povos neolíticos, no curso da História e nos nossos dias, se encontram em um estágio evolutivo intermediário, que superou, através da agricultura e do pastoreio, seu precedente estágio paleolítico e que os conduzirá, de uma forma ou de outra, ao estágio civilizado.

A idéia de se congelar uma cultura primitiva através de um jardim antropológico de neolíticos é uma tolice. Más é algo, também, como já disse, de cruel e de hipócrita. Cruel porque se utiliza dos meios proporcionados por uma avançada civilização industrial para prolongar artificialmente o primitivismo dos silvícolas e deles fazer espécimes para o estudo de antropólogos e a curiosidade de turistas. E, hipócrita porque, na verdade, o que se acaba efetivamente fazendo — independentemente de possíveis boas intenções ingênuas — é produzir o que eu denominei de “índio eletrônico”. O ín-

dio pode se ajustar à civilização brasileira mediante formas apropriadas para sua incorporação, como preconizava o general Rondon e eu continuo preconizando. Mantido, artificialmente, por longo prazo, nos “jardins antropológicos de neolíticos”, o índio é induzido a se tornar malicioso. Passa, em troca de compensações, a vender a aventureiros, nacionais e estrangeiros, os recursos naturais que a União pretendia deixar inexplorados, para a preservação de seu habitat e se torna um civilizado disfarçado de índio, com contas em Nova York, aparelhos eletrônicos e toda a sorte de facilidades, às custas da União.

Acrescente-se, nas condições brasileiras, em que comunidades indígenas vivem próximas a áreas fronteiriças, às vezes na vizinhança de comunidades do mesmo grupo étnico, no outro lado da fronteira, a insensatez que consiste em delimitar, em tais regiões, reservas indígenas sem a proteção de uma faixa de fronteira, sob controle federal. Essa prática outra coisa não faz senão abrir um espaço desguarnecido para a penetração do narcotráfico e de outras atividades ilícitas.

Tive a oportunidade, em artigo publicado na edição de 2/09/94 da “Folha de S.Paulo”, sob o título “O jardim antropológico de neolíticos”, de expor, brevemente, algumas de minhas idéias a respeito do índio brasileiro, que se inserem na tradição da Comissão Rondon, de que meu saudoso pai, general Jaguaribe, foi um dos mais destacados membros. Trata-se, em última análise, do seguinte: o destino histórico do índio brasileiro é o de se tornar cidadão brasileiro. Cercados por uma civilização moderna, a brasileira, nossos silvícolas não dispõem de condições para formar uma civilização própria, nem para manter, indefinidamente, sua condição neolítica. Tornar-se-ão brasileiros, dentro ou fora de “jardins antropológicos”. O de que se trata, portanto, é de se lhes proporcionar, sem nenhuma coercitividade, a oportunidade de eles, por opção própria e em seu próprio interesse, se inseri-

rem na civilização brasileira. Se o Estado não intervier, essa inserção se fará de forma detrimental para o índio, que será explorado por garimpeiros e outros aventureiros do alto sertão, alguns dos quais a serviço de grandes interesses internacionais. Se, ao contrário, a União, através de serviços especiais, como o fazia a Comissão Rondon, proporcionar ao índio assistência médica, educação e adestramento profissional, ele se inserirá, competitiva e dignamente, na nossa civilização.

O índio quer ser brasileiro e, ao mesmo tempo, preservar os elementos de sua identidade. É o que acontece com todos os imigrantes e o índio, nesse sentido, pode ser entendido como um imigrante etnológico. Cabe ao Estado deixar à livre opção do índio que se civiliza a manutenção, ou não, de elementos de sua cultura de origem. Assim ocorreu na História, em todos os relacionamentos entre primitivos e civilizados. Com a diferença que nos casos históricos progressos os civilizados não se preocuparam com a otimização da transição dos primitivos para o estágio civilizado e o Brasil sempre teve essa preocupação e deve mantê-la.

O Brasil dispõe de todas as condições para ser uma boa democracia plurirracial, que integre equitativamente, na cultura brasileira, gente precedente de todas as etnias. Já estamos próximos dessa meta. Para que ela se realize plenamente, o de que mais necessitamos é de um grande programa educacional, nele incluída a educação dos índios que desejem recebê-la. Assim encaminhadas as coisas, não terá mais índio no Brasil, não até o ano 2000 — o que é uma tolice — mas até o fim do século XXI, que é o que venho dizendo. “O fim dos índios”, título da reportagem que ora comento, vai acontecer mesmo, da mesma forma que os Orsini, essa grande família romana, descendente de antigos neolíticos itálicos, virou um dos expoentes do Renascimento Papal.

Hélio Jaguaribe é sociólogo.